

Um negócio familiar: nexos entre a garimpagem ilegal e o mercado do sexo na Terra Indígena Yanomami

Rodrigo Pereira Chagas¹

A corrutela é a alma do garimpo. Por quê? Porque tem ali o cabaré e as prostitutas. Sem prostituta não há garimpo que vingue; o que segura o garimpeiro lá é a prostituta [...]

A mulher no garimpo, me parece, é fundamental para a existência do próprio garimpo.

(Depoimento de Laucides Oliveira apud Batista Neto, 2013, p. 87)

Sou um garimpeiro

Um aventureiro

Um sonhador

Não tenho sorte com ouro,

Mas raparigueiro eu sou

[...]

Sou garimpeiro sem ouro,

meu maior tesouro está no cabaré

(Canção “Garimpeiro sem ouro” de Adelino Vilar)

¹ Sociólogo e professor de Ciências Sociais na Universidade Federal de Roraima. Coordenador do Laboratório Interpretativo: Amazônia, Ilegalismos e Violências (LAIV). Membro do Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras. Atua como pesquisador junto ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública. E-mail: rpch.rodrigo@gmail.com | www.laiv-ufrr.com.

Este capítulo descreve a configuração social de um modelo de negócio familiar que operou nas frentes de garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami (TIY) em 2022. Baseando-se em relatos e experiências documentadas por meio de etnografia entre 2019 e 2023, busca-se explorar elementos que, em diálogo com outros estudos, contribuem para a compreensão das dinâmicas masculinas e outras condições estruturantes que viabilizam a consolidação de modelos de negócios para a exploração econômica do ouro e do mercado do sexo na TIY.

Os materiais coletados neste trabalho foram inicialmente destinados a apoiar a compreensão do envolvimento de grupos conhecidos como “faccções” nas frentes de garimpagem, sem foco específico na participação das mulheres nesse contexto. No entanto, como veremos, embora esses grupos ou coletivos sejam predominantemente compostos por homens, a presença feminina é inegável e se manifesta de diversas formas. As dinâmicas de relacionamento entre esses homens e as mulheres desempenham um papel crucial na compreensão hierárquica e das relações de poder.

Neste trabalho, destacamos principalmente as entrevistas de duas mulheres que atuaram juntas em um empreendimento familiar que buscava diversificar suas atividades. Além de extrair ouro ilegalmente na Terra Indígena Yanomami, o grupo decidiu expandir suas operações, oferecendo produtos variados, serviços sexuais e acesso à internet. Essa iniciativa marca o surgimento do que é conhecido na região como *corrutela*, um ponto logístico estratégico fundamental para a reprodução ampliada da garimpagem ilegal.

O encontro com a personagem principal, Maria, ocorreu em decorrência de uma encomenda. A jornalista Patrícia Campos Mello havia solicitado auxílio para localizar pessoas dispostas a dar entrevistas para uma reportagem sobre tráfico de mulheres. Por meio de indicações, conheci Maria e outras mulheres, embora algumas tenham se recusado a falar. O local onde Maria trabalhava, que à primeira vista parecia ser apenas mais um bar de periferia, revelou-se um espaço privilegiado para observação participante, frequentado por “garimpeiros” e “faccionados”, como eles próprios se identificam. Assim, mantive contato frequente com Maria nas visitas ao local. Em algumas ocasiões, realizei entrevistas, mas, muitas

vezes, nossas interações consistiam em conversas informais à mesa daquele “brega” (como esses bares/cabarés também são conhecidos), abordando temas diversos.

No final de 2022, Maria entrou em contato para informar que estava se preparando para ir ao garimpo trabalhar como cozinheira. Um novo governo havia acabado de ser eleito e, em seus primeiros discursos, ainda antes da posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a intenção de retirar todas as pessoas da Terra Indígena Yanomami. Apesar disso, Maria não se sentia ameaçada. Na época, ela contou que moradores do interior do estado, das chamadas “vicinais”, afirmavam estar indo ao garimpo para resistir à desintrusão, incluindo membros de “facções”. No entanto, este não parecia ser o caso de Maria – aparentemente, ela estava motivada apenas pela necessidade de dinheiro. O discurso sobre o fim das frentes de garimpagem acabou acelerando a entrada de novos invasores na região. Maria manteve contato comigo por meio das redes sociais durante alguns meses, até que, eventualmente, perdemos o contato de forma definitiva.

Neste texto, buscamos contextualizar o “modelo de negócio” no qual Maria trabalhou durante sua ida ao garimpo. Esses modelos variam amplamente, dependendo do financiamento e das condições gerais da área. Entre 2020 e 2022, a confiança das iniciativas de garimpagem ilegal era tamanha que até mesmo tratores foram enviados para a TIY, implementando formas industriais de grande porte. Embora possa parecer uma operação trivial, transportar maquinaria pesada para a região é um feito extraordinário devido à ausência de estradas e os altos custos envolvidos. O mais comum, estes modelos de negócios se baseiem no que denominamos célula básica de extração de ouro aluvionar, como indicaremos no texto.

O intenso fluxo de pessoas para o território era amplamente respaldado pelas elites políticas e econômicas – locais, regionais e nacionais – e foi agravado pela pandemia de Covid-19, que dificultou os empregos na cidade. Enquanto toneladas de ouro e cassiterita eram retiradas, enriquecendo efetivamente apenas uma pequena elite, os povos indígenas que habitam o território enfrentam um desastre sanitário, econômico e social de proporções catastróficas. Esse cenário se traduziu em desnutrição infantil,

cooptação e assédio de jovens por meio de armas e drogas, violência sexual contra mulheres, e mortes, expondo as consequências devastadoras do garimpo ilegal na região.

Campo hipermasculinizado e o mercado do sexo

As frentes de garimpagem tendem a estruturar um campo social saturado de homens, onde, em muitas regiões, persiste uma resistência significativa à presença feminina nas chamadas “bocas de trabalho” ou “beiras de barranco” – espaços diretamente ligados à extração de ouro. Como registrado por Bandeira Jr. em seu estudo sobre a construção da masculinidade em garimpos da Amazônia: “Garimpeiro não aceita mulher na beira do barranco nem com o cão. No garimpo, mulher é rapariga ou cozinheira” (Carlos Matos apud Bandeira Jr., 2019, p. 86²)³.

2 BANDEIRA JÚNIOR, C. D. M. *Em busca do bamburro*. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

3 *Garimpo e garimpeiro* são termos que possuem definições legais estabelecidas no Brasil, mas que também carregam significados enquanto categorias nativas e construções sociais, impregnadas por dimensões ideológicas que precisam ser problematizadas. No âmbito jurídico, garimpo é entendido como a atividade de extração mineral realizada de forma rudimentar, geralmente por trabalhadores individuais ou pequenos grupos, sem o uso de métodos industriais. A garimpagem é o ato ou o processo de realizar o garimpo, implicando a busca e a extração de recursos minerais, como ouro, diamantes ou cassiterita com as devidas autorizações prévias. O garimpeiro, por sua vez, é o agente que desempenha essa atividade, tradicionalmente associado à figura de um trabalhador autônomo em busca de riquezas minerais. A garimpagem em terras indígenas é ilegal. Entretanto, essas definições normativas ocultam nuances sociais, históricas e ideológicas que perpassam o garimpo na Amazônia. Enquanto categoria nativa, o termo carrega significados que vão além da atividade econômica, sendo associado a valores como independência, coragem e enfrentamento das adversidades da floresta. A construção romântica do garimpeiro frequentemente mascara as relações de exploração, degradação ambiental e violência que caracterizam muitas dessas práticas. Adotamos, portanto, a ideia de “frentes de garimpagem”, inspirada pelas leituras sobre “frentes” ou “fronteiras” de expansão econômica, uma referência importante sobre o tema é Luiz Wanderley em sua tese *Geografia do Ouro na Amazônia Brasileira* (2015). A noção de frentes de garimpagem permite situar essa atividade em um contexto mais amplo de transformação territorial, econômica e social, em que o garimpo é não apenas uma prática isolada, mas parte de um processo de ocupação e reestruturação de espaços, frequentemente marcado por conflitos interétnicos.

Diferentemente da expansão agropastoril, que comumente envolve a migração de famílias inteiras com tendência ao assentamento (Ribeiro, 2017⁴), as frentes de garimpagem são caracterizadas pela mobilidade constante e pela ausência de posse permanente da terra⁵. Predominantemente operadas por grupos com massiva presença masculina, as práticas garimpeiras ilegais, como as observadas na Terra Indígena Yanomami (TIY), dão origem a territórios temporariamente controlados por agentes armados. Esses territórios são ocupados por equipes que articulam a exploração por meio de trabalho em terra, balsas ou dragas instaladas nos rios e igarapés.

Historicamente, essas regiões atraem um mosaico social diverso, composto por migrantes nacionais e internacionais, indivíduos oriundos de povos indígenas e comunidades tradicionais, pessoas de diferentes estratos das classes sociais locais, fugitivos do sistema prisional e aventureiros de variadas origens. Desde os relatos dos anos 1930, no Mato Grosso – como apontado por Lévi-Strauss (1996)⁶ –, é possível observar que fugitivos da justiça tendem a se estabelecer em frentes de mineração ilegal. Essa tendência tem sido reiteradamente documentada tanto em relatos coletados recentemente quanto em reportagens baseadas em ações do sistema judiciário.

Esse conjunto heterogêneo de atores é marcado por forte transitoriedade e condições de vida precárias. Nas frentes de garimpagem, são comuns ciclos de isolamento que podem durar três meses ou mais, intercalados por

4 RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a civilização*. 8. ed. São Paulo: Global, 2017.

5 Em muitas circunstâncias, observa-se um vínculo estreito entre a expansão agropastoril em Roraima, abrangendo tanto pequenos quanto grandes produtores, um fenômeno amplamente analisado por Gordon MacMillan em sua pesquisa de 1993. Contudo, essa dinâmica não altera substancialmente a interpretação formulada por Darcy Ribeiro nos anos 1970, segundo a qual as frentes de garimpagem e os antigos seringais foram marcados por relações sociais estruturadas predominantemente por grupos masculinos.

6 LEVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

breves períodos de permanência em povoados ou cidades próximas (Cleary, 1992⁷; MacMillan, 1993⁸; Tedesco, 2015⁹; Wanderley, 2015¹⁰).

Esses ciclos, vivenciados em um ambiente permeado por uma cultura de virilidade e crenças mágicas em torno do poder do ouro, frequentemente alimentam o mercado sexual, moldado por relações de gênero. O ouro assume significados mágicos nesses contextos. Na pesquisa de Bandeira Jr. (2019)¹¹, realizada no Pará, alguns de seus interlocutores acreditam que a presença de mulheres junto à “boca de trabalho” e a avareza do garimpeiro em cabarés podem fazer com que o ouro “se esconda”. Essas crenças, aliadas ao isolamento, à precariedade e à instabilidade, reforçam dinâmicas de exploração econômica e de gênero, perpetuando um sistema de desigualdades profundamente arraigado no universo da garimpagem. Nesses espaços, o controle simbólico e material do ouro entrelaça-se a práticas culturais e relações de poder.

Conforme argumentado por Piscitelli (2005)¹², o mercado sexual ultrapassa a visão limitada da prostituição, que restringe o debate à comercialização de serviços sexuais. A autora propõe que os mercados sexuais sejam compreendidos como espaços que transcendem a mera economia de mercado, configurando-se como arenas de trocas materiais e simbólicas, nas quais o social é continuamente estruturado e reestruturado.

7 CLEARY, David. *A garimpagem de ouro na Amazônia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

8 MACMILLAN, G. J. *Gold mining and land-use change in the Brazilian Amazon*. Tese de Doutorado em Ciências Ambientais, University of Edinburgh, Edimburgo, 1993.

9 TEDESCO, Letícia da Luz. *No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. Amsterdam: Universidade de Amsterdã, 2015.

10 WANDERLEY, Maria José. *Geografia do ouro na Amazônia brasileira*. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

11 BANDEIRA JÚNIOR, C. D. M. *Em busca do bamburro*. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

12 PISCITELLI, Adriana. Gênero, trabalho e sexualidade no contexto da mobilidade. *CADERNOS Pagu*, n. 25, p. 55–88, 2005.

Compreendida sob a lógica da dádiva¹³, na qual bens, favores ou serviços circulam simbolicamente reforçando hierarquias e dinâmicas sociais de gênero, os mercados sexuais emergem como espaços multifacetados. Dimensões econômicas, culturais e sociais se entrelaçam intrinsecamente. Tais trocas podem envolver presentes, viagens, pagamento de aluguéis, contas médicas, alimentos e outros serviços com significados sociais e simbólicos variados. No contexto brasileiro, essas práticas frequentemente são interpretadas como formas de “ajuda”, compondo o que Piscitelli (2016)¹⁴ denomina “sexo transacional”.

Essas transações abrangem recursos da sexualidade em diferentes escalas e não necessariamente se confundem com a prostituição. Elas integram uma lógica relacional mais ampla, fundamentada em laços sociais e expectativas recíprocas. Por exemplo, o oferecimento de bebidas ou presentes por garimpeiros para obter companhia de homens e mulheres à sua mesa no cabaré, se reduzido à categoria de prostituição, negligencia a complexidade psicológica e sociológica dessas interações. Tal redução empobrece a análise, dificultando a compreensão das dinâmicas relacionais e simbólicas que estruturam esses mercados sexuais (ver Tedesco, 2015¹⁵). Os mercados sexuais nas áreas de garimpo não refletem apenas mas também

13 O conceito de *dádiva* tem origem na obra seminal, escrita em 1925, *Ensaio sobre a Dádiva*, de Marcel Mauss (1996), que investigou as formas de troca nas sociedades arcaicas e destacou o caráter social e simbólico dos presentes. Para Mauss, a dádiva é marcada por um sistema tripartite de obrigações: dar, receber e retribuir, que vai além do mero valor econômico, consolidando relações sociais e tecendo laços de solidariedade ou hierarquia. Este conceito gerou um amplo debate na Antropologia Social, atravessando campos como economia, sociologia e estudos de gênero. Entre os desdobramentos, destaca-se a obra *O Gênero da Dádiva* (1988), de Marilyn Strathern. A antropóloga explora como as trocas de dádivas são profundamente influenciadas pelas relações de gênero, destacando que os sistemas de reciprocidade podem tanto reforçar quanto subverter hierarquias entre homens e mulheres.

14 PISCITELLI, Adriana. Sexualidades, migrações e mercado do sexo. *Revista Estudos Feministas*, v. 24, n. 3, p. 947-960, 2016.

15 TEDESCO, Letícia da Luz. *No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. Amsterdam: Universidade de Amsterdã, 2015.

reforçam as dinâmicas de desigualdade de gênero. Eles evidenciam como práticas de exploração sexual e de gênero são normalizadas e perpetuadas em contextos de ilegalidades e múltiplas violências (Tedesco, 2015¹⁶; Silva et al., 1997¹⁷; Rodrigues, 1994¹⁸).

O material utilizado para estruturar este capítulo foi coletado entre 2019 e 2023, empregando uma combinação de abordagens típicas da observação participante (Peirano, 2008¹⁹; Weber, 2009²⁰), incluindo cadernos de campo, entrevistas qualitativas e convivência prolongada com pessoas diretamente envolvidas nas dinâmicas estudadas. As principais fontes foram duas mulheres – aqui chamadas de Paula, de 24 anos, e Maria, de 33 anos no início do estudo –, amigas de bairro em Roraima, que trabalharam como “garotas de boate” para a mesma família de garimpeiros dentro da Terra Indígena Yanomami em 2022.

A entrevista com Paula foi realizada em 2023, em um bar na periferia de Boa Vista, com duração aproximada de uma hora e meia. No caso de Maria, o contato foi mais extenso: entre 2021 e 2023, conduzimos diversas entrevistas e conversas informais, permitindo acompanhar melhor sua trajetória. Maria desempenhou um papel particularmente relevante, sobretudo durante o período imediatamente após o isolamento imposto pela pandemia e antes do início do processo de desintrusão conduzido pelo governo federal. Esses encontros foram cruciais para captar as nuances de suas experiências e compreender como as dinâmicas de gênero, poder e exploração econômica se manifestam na garimpagem dentro da TIY e extrapolam para Boa Vista, e vice-versa.

16 Idem

17 SILVA, José A. et al. Trabalho e garimpo na Amazônia. *Revista Estudos Amazônicos*, n. 4, p. 15–28, 1997.

18 RODRIGUES, Rita Maria. *Mulheres do ouro: o trabalho feminino nos garimpos do Tapajós*. Belém: Governo do Estado do Pará, Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM), 1994.

19 PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe*, n. 2, 2008.

20 WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo? *Horizontes Antropológicos*, v. 15, n. 32, p. 17–43, 2009.

Maria foi aliciada por um homem que conquistou sua confiança por meio de “presentes” para trabalhar nas frentes de garimpagem na República da Guiana aos 18 anos. Conheci Maria em 2022, em um bar na periferia de Boa Vista, onde trabalhava na época. Nosso contato continuou presencialmente e, mais tarde, por redes sociais, inclusive durante sua permanência na Terra Indígena Yanomami. Em 2023, com o início do processo de desintrusão promovido pelo governo, Maria deixou a região e mudou-se de estado, após casar-se com um garimpeiro. Sua trajetória ilustra as dinâmicas de exploração e violência que permeiam as redes de garimpagem na região Amazônica, revelando os entrelaçamentos entre vulnerabilidade social, gênero e a ilegalidade sistêmica dessas práticas.

Logo no início do processo de desintrusão dos garimpeiros na TIY, em 2023, ocorreu uma audiência pública no centro cívico de Boa Vista, em frente ao Monumento ao Garimpeiro e ao Palácio do Governo. Diferentemente de outros eventos políticos que costumavam mobilizar defensores da garimpagem, essa audiência foi marcada por baixo comparecimento, refletindo a escassez de recursos disponíveis. Aparentemente, os grandes investidores das opulentas iniciativas dos anos anteriores haviam recuado.

Durante o evento, faixas exibiam lemas como “Garimpeiro não é bandido” e “Garimpo é legal”, enquanto oradores criticavam o governo federal, acusando-o de negligência na regulamentação da atividade garimpeira. Também houve ataques à mídia, destacando-se acusações contra a Rede Globo, acusada de criminalizar os garimpeiros ao vinculá-los a práticas como roubo e estupro. Esse contexto revela o clima de tensão e polarização em torno do processo de retirada de intrusos (desintrusão) que apenas iniciava.²¹

Os depoimentos das mulheres garimpeiras presentes na audiência foram especialmente marcantes. Em resposta às acusações que associavam os garimpeiros a práticas criminosas, algumas mulheres se manifestaram

21 <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/02/garimpeiros-fazem-audiencia-esvaziada-e-xingam-imprensa-em-roraima.shtml>

para defender as frentes de garimpagem como espaços de trabalho e convivência familiar. Duas delas relataram que trabalhavam ao lado de seus maridos e filhos, desafiando as narrativas predominantes de criminalização generalizada da atividade.

A criminalização dos “garimpeiros” como grupo social é uma resposta problemática por inúmeros motivos, dentre eles o papel histórico do Estado brasileiro junto a esses grupos. Contudo, é inegável a existência de redes de exploração violenta e de múltiplas ilegalidades estruturais nessa prática econômica ilegal, que conecta desde elites políticas e econômicas locais até migrantes venezuelanos em situação de extrema vulnerabilidade. Por outro lado, o relato das garimpeiras na audiência pública reflete um fato: existem iniciativas familiares nas frentes de garimpagem, evidenciando a diversidade e a complexidade das realidades que compõem o setor.

Neste capítulo, propomos explorar um modelo de negócio familiar estabelecido na TIY que exemplifica um padrão recorrente de exploração ilegal de ouro associado à mercantilização do corpo feminino. Durante nossas vivências de campo, observamos que o bar (também conhecido como “brega” regionalmente) onde Maria trabalhava, localizado na periferia de Boa Vista, era gerido por uma família de garimpeiros aposentados, funcionando como uma versão urbana das corrutelas das áreas de garimpo que descreveremos aqui.

Nosso objetivo geral é compreender a configuração social de um modelo de negócio familiar, entendido como um fenômeno sociológico que articula a exploração do ouro aluvionar e a exploração de mulheres. Ao final, apresentaremos um esquema interpretativo desse modelo, contextualizando-o em seus aspectos históricos e sociais. Esta abordagem é preliminar; o tema ainda exige coleta de dados adicionais e análises mais aprofundadas.

Logística e sexualidade

As práticas que sustentam as frentes de garimpagem na Amazônia envolvem uma complexa rede de relações sociais que conectam áreas remotas

de florestas, montanhas e vilarejos a cidades (*hubs*) globais com funções logísticas e financeiras. Moldados historicamente por estratégias governamentais e empresariais, os processos de exploração econômica e política em diversas regiões do norte do país priorizaram a construção de estradas como infraestrutura essencial. Essas vias cortam as florestas, facilitando o acesso de tratores, caminhões e ônibus, que conectam portos e aeroportos, oficiais ou clandestinos. Ao fazê-lo, criam ou transformam povoados, aldeias e cidades, concebidos como enclaves logísticos: espaços de mobilização de mão de obra local e pontos de partida para fenômenos econômicos muitas vezes violentos e ilegais (Ianni, 1979²²; Martins, 2009²³; Wanderley, 2015²⁴).

Dois trabalhos destacam-se por abordar essas dinâmicas de maneira distinta, mas complementar. O drama documental *Iracema, uma transa amazônica*, de João Bodansky e Orlando Senna, produzido clandestinamente em 1974, oferece um retrato profundo e crítico das transformações causadas pelo modelo de desenvolvimento dos governos militares na Amazônia. O filme tem como protagonista Iracema, uma ribeirinha que se envolve com a prostituição. Já a tese doutoral de Letícia Tedesco, *No trecho dos garimpos* (2015)²⁵, explora a experiência de mulheres em áreas de garimpagem no norte do Brasil, revelando as complexas relações de gênero em territórios marcados pela exploração mineral do tipo garimpeira.

Recuperar criticamente as ideologias do “campo do desenvolvimento” (Ribeiro, 2008)²⁶ e o impacto material da atuação dos “agentes do desenvolvimento”, articulados por uma estrutura logística, é essencial para

22 IANNI, Octavio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978*. Petrópolis: Vozes, 1979.

23 MARTINS, José de Souza. *Fronteira*. São Paulo: Contexto, 2009.

24 WANDERLEY, Maria José. *Geografia do ouro na Amazônia brasileira*. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

25 TEDESCO, Letícia da Luz. *No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. Amsterdam: Universidade de Amsterdã, 2015.

26 RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 80, p. 109-125, 2008.

compreender as dinâmicas históricas e contemporâneas da exploração na TIY. O impacto inicial da garimpagem na Terra Indígena Yanomami está intrinsecamente ligado à construção, entre 1970 e 1998, da BR-174 – conectando Manaus a Boa Vista e à Venezuela – e da BR-210, iniciada em 1973 e inacabada, que afetou diretamente territórios Yanomami. Atualmente, embora o acesso às áreas de garimpo na TIY seja predominantemente realizado por aviões e barcos, o modal rodoviário ainda desempenha papel relevante, especialmente na logística de agentes do garimpo e no transporte de equipamentos e produtos, como a cassiterita, extraída em grande quantidade na região.

O acesso à TIY, partindo de diversos pontos de Roraima, ocorre majoritariamente por barcos, em jornadas que podem levar dias, ou por aviões, que reduzem o trajeto a algumas horas. Uma alternativa ainda mais desafiadora é o deslocamento a pé, conhecido como “varar”, que pode levar semanas, embora seja pouco utilizado. Navegar rios como o Uraricoera é frequentemente dificultado por períodos de seca, que inviabilizam o uso de embarcações maiores. Dadas essas limitações e o alto valor agregado do ouro, a logística da garimpagem baseia-se amplamente no modal aéreo. No entanto, com o aumento da fiscalização governamental, há relatos recentes indicando que grupos “faccionados”²⁷ utilizam embarcações menores e mais discretas.

Os altos custos de entrada nas áreas de exploração também influenciam essas dinâmicas. Frequentemente, as pessoas que circulam pelas

27 De modo geral, o termo *facção*, utilizado popularmente e pelas pessoas que entrevistamos, refere-se a grupos criminais oriundos de grandes centros urbanos, tendo o narcotráfico como principal atividade econômica. A ideia está associada à ascensão dos dois principais grupos surgidos nas prisões do Sudeste brasileiro: o *Comando Vermelho* (CV), fundado no Rio de Janeiro na década de 1970, e o *Primeiro Comando da Capital* (PCC), formado em São Paulo na década de 1990 após o massacre do Carandiru. Ambos os grupos se expandiram em paralelo ao crescimento acelerado da população carcerária no Brasil. Há evidências de que o PCC esteja atuando negociando drogas, armas e ouro na Terra Indígena Yanomami desde 2015. Esse cenário se conecta ao fenômeno do “narcogarimpo”, marcado pelas afinidades eletivas entre o narcotráfico e as frentes de garimpagem na Amazônia. Ver Chagas (2023, 2024).

zonas de garimpo precisam pagar adiantado ou contrair dívidas em ouro, que variam, em média, entre 8 e 15 gramas por perna de voo. Um exemplo é o caso de Maria, convencida a trabalhar em uma corrutela na República da Guiana, que acabou presa por uma dívida que crescia de forma exponencial. Sua libertação só foi possível graças a um garimpeiro amigo da família, que pagou, na época, o equivalente a 8 mil dólares em ouro. Esse valor incluía os custos do aliciamento na cidade (com os “presentes” iniciais), transporte até a área de exploração e até mesmo o consumo de itens básicos, como água, durante o período em que esteve em cativeiro.

Relatos recentes também destacam a violência associada às viagens por barcos e canoas aos garimpos no rio Uraricoera. Mulheres descrevem episódios de estupros e abusos durante esses trajetos, que podem durar dias. Entre os relatos, destacam-se disputas entre barqueiros pelo transporte de jovens consideradas mais bonitas, reforçando a objetificação feminina. Em muitos casos, o custo da viagem era pago com serviços sexuais forçados, sob pena de abandono às margens do rio.

A cidade de Boa Vista desempenha papel estratégico nessas operações, funcionando como ponto de partida e chegada para pessoas, equipamentos e insumos. Boa Vista abriga uma infraestrutura logística com lojas de maquinário, oficinas e pontos de recrutamento de mão de obra, frequentemente composta por migrantes venezuelanos, moradores de subúrbios, comunidades indígenas de outras etnias e trabalhadores rurais.

Essas conexões configuram uma dimensão urbana das atividades de garimpagem, que reflete a complexidade das interações entre economia e política na região. A localização estratégica de Boa Vista, próxima à Venezuela e à República da Guiana, intensifica dinâmicas transnacionais e as afinidades eletivas entre as frentes de garimpagem e o tráfico de armas e drogas, ampliando os conflitos sociais (Chagas, 2024)²⁸.

28 CHAGAS, Rodrigo. Narcogarimpo: las afinidades electivas entre los frentes de minería ilegal y la expansión del narcotráfico en la Amazonía brasileña. *URVIO: Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad*, n. 38, p. 32-48, 2024.

Presença feminina nas áreas de garimpo

Parte significativa do material deste estudo foi obtida por meio de visitas a bares localizados na periferia de Boa Vista, que reproduzem práticas similares às observadas nas corrutelas das áreas de garimpo. Conhecidos como “bregas”, esses estabelecimentos são frequentados majoritariamente por garimpeiros e se caracterizam pela presença de atendentes que fazem companhia aos clientes com o objetivo de estimular o consumo de bebidas e, frequentemente, negociar programas sexuais. Esses acordos, geralmente implícitos, são mediados ou supervisionados pelos proprietários dos locais.

Além de reproduzirem o ambiente típico do garimpo ilegal em contextos urbanos, esses bares desempenham papéis no recrutamento de mulheres para frentes de garimpagem, bem como uma opção de trabalho para algumas mulheres enquanto estão na cidade. De forma semelhante, as chamadas “pousadas” – motéis de baixo custo relacionados à prostituição – ajudam a articular o mercado da prostituição em Roraima. Esses espaços urbanos funcionam como elos fundamentais na conexão entre exploração sexual e atividades ilegais no interior do estado.

Embora a definição e a organização de uma corrutela variem de região para região, estas geralmente integram múltiplas funções, como cantina, bar e cabaré. Muitas vezes estabelecidas às margens de estradas, rios, pistas de pouso ou portos clandestinos, as corrutelas se configuram como enclaves logísticos nas áreas de garimpo.

Dentro da Terra Indígena Yanomami as corrutelas desempenham um papel central como espaços de articulação logística e socialização. Elas oferecem serviços fundamentais, como internet, lazer, mantimentos e transporte, funcionando como pontos estratégicos que conectam até mesmo as mais isoladas “bocas de trabalho” às dinâmicas sociais e econômicas externas. Recentemente, surgiram indícios de que grupos “faccionados” controlaram corrutelas, adicionando maior complexidade e violência a essas dinâmicas.

Embora seja difícil determinar com precisão a quantidade de mulheres atuando nas áreas de garimpagem, especialmente nas corrutelas, apresentaremos uma estimativa aproximada para dimensionar o fenômeno, mesmo diante da ausência de dados estatísticos confiáveis. Concordamos com Goffman de que é preferível trabalhar com dados imprecisos sobre fenômenos importantes do que permanecer em uma cegueira rigorosa a respeito deles (Goffman, 2010, p. 14²⁹).

Em 1992, Rita Maria Rodrigues realizou um levantamento baseado em fontes oficiais, como o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, atual Agência Nacional de Mineração), associações e sindicatos de garimpeiros. Segundo esses dados, no auge da garimpagem na TIY, em 1988, havia aproximadamente 35 mil garimpeiros em Roraima. Na época, estimava-se que as mulheres representavam apenas 2% dessa população.

Contudo, Rodrigues identificou um cenário diferente no Tapajós. A pesquisadora observou que, em cada “equipe de seis”, sempre havia pelo menos uma mulher na função de cozinheira. Baseando-se nisso, ela concluiu que as mulheres representavam pelo menos 17% das pessoas nas frentes de garimpagem, número muito superior às estimativas oficiais. Esses dados sugerem que a presença feminina nas áreas de garimpo foi historicamente subestimada.

POPULAÇÃO GARIMPEIRA EM RORAIMA (1980-1990)

Ano	População Garimpeira
1980	1.300
1988	35.000
1990	10.500

Fonte: Rodrigues, 1992, p. 19

29 GOFFMAN, Erving. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Vozes, 2010.

Não há dados confiáveis sobre o novo boom da garimpagem, cujo auge ocorreu entre 2021 e 2022. No entanto, estimativas apresentadas por associações indígenas e agências estatais apontam para um número que oscila entre 20 e 30 mil pessoas envolvidas. A maioria dessas pessoas atua à margem de qualquer registro oficial. As jovens entrevistadas para este estudo, por exemplo, nunca foram sindicalizadas e não aparecem em estatísticas formais de “garimpeiros”. Além disso, o trabalho na cozinha não é a única função exercida por mulheres nesse contexto.

Rodrigues (1994)³⁰ identificou três funções típicas desempenhadas por mulheres nas frentes de garimpagem, uma classificação que foi posteriormente aprofundada por Tedesco (2015)³¹: *cozinheira*, responsável por preparar alimentos e questões domésticas; *mulher de boate*, que atua nos bares ou cabarés das corrutelas; e *dona de par de máquina*, envolvida diretamente na extração do ouro como empresária.

Em outras palavras, a estimativa de 17% refere-se exclusivamente às mulheres que atuam como cozinheiras, enquanto os 2% das estatísticas oficiais provavelmente representam um extrato das empresárias ou “donas de máquinas”. Durante as vivências em campo, foi possível observar que as mulheres, em posição empresarial ou articulada aos grupos empresariais no garimpo, tendem a se aproximar de sindicatos e políticos. A estimativa da participação de mulheres em boates é ainda mais desafiadora devido ao estigma, às práticas ilegais e à violência associada.

É fundamental destacar as mulheres e as crianças que vivem nos territórios afetados, pertencentes às famílias linguísticas Yanomami, Sanõma, Ninam, Yanomam, Yãroamẽ e Yãnoma, que, somadas a dezesseis dialetos, formam o tronco linguístico Yanomami³². Além disso, a Terra

30 RODRIGUES, Rita Maria. *Mulheres do ouro: o trabalho feminino nos garimpos do Tapajós*. Belém: Governo do Estado do Pará, Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM), 1994.

31 TEDESCO, Letícia da Luz. *No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. Amsterdam: Universidade de Amsterdã, 2015.

32 <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>

Indígena Yanomami abriga o povo Ye'kwana, do tronco linguístico Karib, cuja existência foi também profundamente impactada pela atuação de garimpeiros e grupos faccionados³³.

Segundo o Censo de 2022 do IBGE, a Terra Indígena Yanomami contava naquele ano com 27.228 indígenas, sendo 13.926 homens e 13.302 mulheres. Destas, 6.511 estavam na faixa etária de 0 a 14 anos³⁴. As mulheres de povos Yanomami tiveram papel central nas denúncias recentes contra a garimpagem ilegal e o desastre sanitário, econômico e social provocado pelo garimpo ilegal no território. Denúncias relatadas na matéria “Não estamos conseguindo contar os corpos”, publicada pelo portal especializado Sumaúma, alertaram para a gravidade da situação³⁵.

Jovens mulheres que vivem fora da TIY, mas em comunidades próximas às rotas de passagem e acesso às áreas de garimpo, estão também em zonas de vulnerabilidade. Conforme o relatório *Cartografias da Violência na Amazônia* (2023), Roraima registrou a menor taxa de feminicídios do país em 2022. No entanto, apresentou a segunda maior taxa de homicídios de mulheres no período, com 10,4 casos por 100 mil mulheres – um índice 170% superior à média nacional! Estes números sugerem que uma parcela significativa dos assassinatos de mulheres pode, na verdade, ter sido motivada por razões de gênero, refletindo a subnotificação e a naturalização da violência contra a mulher na região. A presença extensiva da garimpagem no estado é possivelmente uma das chaves analíticas para se pensarem as violências contra as mulheres.

A construção social da “rapariga”

É comum que mulheres atuantes nas frentes de garimpagem ilegais em Boa Vista sejam socialmente estigmatizadas como «raparigas». Algumas

33 <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ye%27kwana>

34 Tabela 9764: População residente em terras indígenas, total e indígenas, por grupos de idade, sexo e quesito de declaração indígena, segundo as Terras Indígenas. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9764>

35 <https://sumauma.com/nao-estamos-conseguindo-contar-os-corpos/>

escolhem a prostituição nas áreas de garimpo por decisão própria. Contudo, muitas são enganadas em relação aos acordos feitos antes de chegarem à floresta. Também é frequente que mulheres contratadas como cozinheiras sejam constantemente assediadas durante sua estadia para se envolverem na prostituição ou para “casarem” ou “amigarem” com garimpeiros (Tedesco, 2015, p. 225–332³⁶). Além disso, mulheres indígenas de diversas etnias frequentemente sofrem assédios e violências apenas por viverem próximas às frentes de garimpagem.

Independentemente da função, as mulheres inseridas em áreas controladas pela garimpagem tornam-se vulneráveis a diversas formas de violência, incluindo práticas brutais, como o estupro coletivo (ver relato de Valério, 2021). Tais condições explicam, em parte, por que algumas optam por se “casar” com garimpeiros dentro da Terra Indígena Yanomami. Esses “casamentos” consistem em acordos temporários, nos quais as mulheres atendem exclusivamente às demandas domésticas e sexuais de um único homem (ver Tedesco, 2015³⁷). Embora seja uma escolha muitas vezes forçada pelo contexto de exploração e violência, funciona como estratégia frequentemente relatada para proteção contra assédios constantes e outras agressões.

Em muitos casos, para justificar sua presença nesses ambientes diante de familiares e amigos, muitas mulheres recorrem ao discurso de que estão trabalhando como cozinheiras, uma função socialmente mais aceitável. Até mesmo Maria, com quem mantivemos contato por mais de dois anos e que assumiu desde o início sua atividade como prostituta, parecia inicialmente envergonhada de admitir que iria ao garimpo para se prostituir. Foi apenas ao conhecer Paula que descobri que Maria sabia, desde o começo, que seu trabalho na TIY ao final de 2022 incluiria a prostituição.

36 TEDESCO, Letícia da Luz. *No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. Amsterdam: Universidade de Amsterdã, 2015.

37 Idem

Segundo Paula, foi Maria quem a convidou para se prostituir nas frentes de garimpagem.

Maria havia relatado que substituiria sua irmã, cozinheira em um garimpo. Quando questionada sobre os riscos, respondeu que tinha parentes na região e não correria perigo. Independentemente de suas razões, parece evidente que o estigma social sobre a prostituição influenciou as justificativas de Maria. Sua construção discursiva suavizava suas intenções, possivelmente como estratégia para minimizar julgamentos “do professor” e preservar algum nível de aceitação social.

As percepções masculinas sobre as mulheres nas áreas de garimpo são bastante reveladoras, tendo sido registradas em diversos estudos (Tedesco, 2015³⁸; Bandeira Jr., 2019³⁹), bem como em coletas mais recentes realizadas durante expedições de campo. Em 2023, durante uma pesquisa conduzida em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), na comunidade de Crepurizão – último vilarejo da estrada Transgarimpeira, no município de Itaituba (PA) –, um garimpeiro de 34 anos, que retornava após dois meses de trabalho, me relatou ter acumulado cerca de R\$ 18 mil nesse período. Segundo ele, enviou quase todo o dinheiro para a irmã e utilizou o restante apenas para itens básicos de higiene. Seu plano era permanecer no garimpo por mais três meses, com o objetivo de comprar uma moto *Honda Bros*, o que, segundo inferi, lhe garantiria maior autonomia e prestígio.

Refletindo sobre sua trajetória, ele comentou: “Já dei muito dinheiro para os outros, gastava tudo com bebida e rapariga. Mas, graças a Deus, parei de beber e agora só vou ao cabaré de vez em quando, para aliviar.” Em outro momento, ao observar uma mulher saindo de um hotel frequentado por garimpeiros, afirmou: “Essa aí vive de enganar os garimpeiros, tem acordo com os policiais e toma todo o dinheiro dos trouxas.”

38 Idem

39 BANDEIRA JÚNIOR, C. D. M. *Em busca do bamburro*. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

Estas declarações revelam um paradoxo nas percepções do garimpeiro: enquanto admite sua própria necessidade de buscar alívio sexual com mulheres e o refúgio organizado da irmã, projeta nas “mulheres de boate” parte da culpa pelos seus fracassos de juventude. Na conversa, com exceção de sua irmã, as mulheres eram em geral motivo de suspeitas e re-criminações. Raparigas.

Historicamente, o Estado também tratou as mulheres como “elementos indesejáveis” quando associados à garimpagem. Um exemplo foi Serra Pelada, onde, em 1º de maio de 1980, uma intervenção federal cercou o território, expulsou todas as mulheres, confiscou armas e proibiu o consumo de álcool. A área passou a ser coordenada pelo tenente-coronel Sebastião Curió Rodrigues de Moura, conhecido como Major Curió, sob supervisão do Serviço Nacional de Informações (SNI). A atuação do Estado contou com cerca de 150 profissionais, incluindo policiais, geólogos e administradores, provenientes do DNPM, da Polícia Federal e do SNI, com o objetivo de reorganizar as práticas no território.

Tedesco (2015)⁴⁰ associou práticas homoeróticas à proibição da presença de mulheres. Segundo a autora, essas práticas sublinham a importância da sexualidade masculina no contexto dos garimpos:

Tudo se passa como se as práticas homoeróticas fossem meramente circunstanciais servindo para dar vazão a um desejo sexual masculino imperativo e constante. Nesse sentido, as práticas homoeróticas estariam inseridas em uma heteronormatividade englobante que permite e regula tais práticas em determinadas situações (anômalas, como em um garimpo “sem mulheres”), mas sempre através da norma heterossexual, mesmo que esta seja apenas discursiva/ideológica (Tedesco, 2015, p. 198–199)⁴¹.

A intervenção estatal que proibiu a participação de mulheres nas atividades econômicas em Serra Pelada raramente é objeto de questionamento

40 Idem

41 Idem

crítico. A exclusão feminina e suas consequências reforçam a validade heurística de se pensar o mercado sexual não apenas como uma atividade econômica funcional, mas como um campo estruturado por performances transacionais de honra e virilidade. Tais dinâmicas transcendem a lógica fria e impessoal da troca entre um meio genérico (dinheiro ou ouro) e um valor de uso específico (serviço sexual), evidenciando dimensões simbólicas e relacionais mais profundas.

Ironicamente – e em contraste com a epígrafe que abre este capítulo –, a presença de mulheres não foi essencial para a existência do garimpo de Serra Pelada; foi, sim, o mercado sexual que se constituiu em torno de sua ausência, revelando-se assim fundamental para a organização social daquele espaço.

Da célula básica ao modelo de negócio familiar

No artigo *Configuração social da célula básica para exploração ilegal de ouro nas frentes de garimpagem da Terra Indígena Yanomami* (Chagas; Costa, 2023⁴²), utilizamos como suporte teórico as concepções de configurações sociais propostas por Norbert Elias (2018⁴³, 2001⁴⁴) e a noção de campo social desenvolvida por Pierre Bourdieu (2004⁴⁵, 2021⁴⁶).

Como síntese desta reflexão, propomos a representação gráfica apresentada na Figura 1, inspirada na noção de teias de interdependência desenvolvida por Norbert Elias, conforme descrita em *Introdução à Sociologia* (2018)⁴⁷. Complementarmente, mobilizamos a teoria dos campos de Pierre

42 CHAGAS, Rodrigo; COSTA, Ernildo Crispin. Tipificação da célula básica para exploração de ouro nas frentes de garimpagem da Terra Indígena Yanomami. *Revista Textos e Debates*, 2023.

43 ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edição 70, 2018.

44 ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

45 BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

46 BOURDIEU, Pierre. *Sociologia geral: Vol. 2*. Petrópolis: Vozes, 2021.

47 ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edição 70, 2018.

Bourdieu como base analítica para compreender a lógica de disputas, hierarquias e interesses que estruturam essas configurações sociais.

A figura busca representar a configuração social da célula básica de produção de ouro, unidade fundamental de funcionamento das frentes de garimpagem. Em geral, os pequenos e microinvestimentos operam por meio de células compostas por cerca de seis pessoas, responsáveis por um par de máquinas. Um pequeno empresário costuma controlar uma ou duas dessas células, enquanto microinvestidores, muitas vezes, arrendam lotes de posseiros ou de lideranças indígenas cooptadas, operando com equipamentos de menor potência.

Essas células podem funcionar de maneira isolada ou agrupadas em “condomínios”, nos quais vários “barrancos” estão subordinados à figura de um posseiro. Conjuntos de condomínios e células dispersas tendem a se organizar em torno de pistas de pouso, portos clandestinos e corrutelas. Neste sentido, a corrutela funciona como um nexos logístico e relacional, articulando infraestrutura, fluxos de pessoas, bens e informações, e permitindo a consolidação e a expansão territorial das frentes de garimpagem.

Neste estudo, restringimos nossa análise à mineração aluvionar em “barrancos”, reconhecendo que outras formas de exploração – como balsas, dragas e moinhos – envolvem configurações distintas de trabalho, investimento e divisão da produção. Embora o garimpeiro apareça, em muitos casos, como um “sócio” por receber uma porcentagem do ouro extraído, é recorrente o relato de dívidas impagáveis, que acabam por submetê-lo a condições de trabalho análogas à escravidão.

É precisamente na articulação entre o barranco e a corrutela que se revelam os mecanismos estruturais de exploração presentes nas frentes de garimpagem. Não raramente, os proprietários – e proprietárias – das corrutelas são empresários que financiam tanto a logística quanto a produção, atuando como elos centrais nas cadeias de crédito, abastecimento e controle social.

Cód.	Função	Divisão financeira	Descrição
A2	Gerente	10 gramas + 6%	O gerente é quem conduz as operações no dia a dia e, na ausência do patrão, assume a liderança do grupo. Geralmente, é responsável pela divisão do ouro, pela mediação de conflitos e, segundo relatos, muitas vezes é o único com acesso a armas na “boca de trabalho”. Além de receber uma porcentagem média de 6% da produção, o gerente costuma receber também um valor fixo adicional pelo exercício da função.
A3	Cozinheira	Entre 6 e 15 gramas	A cozinheira desempenha atividades domésticas essenciais nas frentes de garimpagem, como o preparo de alimentos, e frequentemente negocia serviços adicionais, como a lavagem de roupas ou, em alguns casos, serviços sexuais. Em geral, ocupa uma posição de maior prestígio social em comparação com as chamadas “mulheres de boate”, tanto no interior das frentes quanto em espaços urbanos do entorno, como a cidade de Boa Vista.
A4	Maraqueiro	6%	O maraqueiro exerce uma função que exige experiência e habilidade técnica, sendo geralmente atribuída a garimpeiros mais experientes. Ele é responsável pelo manuseio das bombas da maraca – uma grade metálica utilizada para sugar a lama resultante dos jatos de água aplicados ao barranco. A operação adequada desse equipamento é fundamental para agilizar a produção e garantir a eficiência do trabalho na frente de garimpagem.

Cód.	Função	Divisão financeira	Descrição
A5	Jateiro	6%	O operador do jato de água é uma peça-chave no processo de extração, desempenhando uma função de alta responsabilidade. Essa atividade exige garimpeiros “mansos” – termo utilizado para designar trabalhadores experientes e controlados –, pois o manuseio inadequado do jato pode provocar acidentes graves e até fatais, tanto para o próprio operador quanto para os demais trabalhadores. Além disso, se o jateamento do barranco for mal executado, pode provocar desmoronamentos perigosos, colocando toda a frente de trabalho em risco. Funções como a de jateiro e maraqueiro são tradicionalmente transmitidas entre gerações ao longo da Amazônia, refletindo saberes práticos que circulam entre garimpeiros migrantes que percorrem, de forma recorrente, diferentes áreas de mineração na região.

Cód.	Função	Divisão financeira	Descrição
A6 e A7	Raizeiro	6%	Os “raizeiros” ou “catarinos” são, em geral, recém-chegados às frentes de garimpagem. Muitas vezes, chegam ao local a convite de amigos ou parentes, movidos por objetivos pontuais – como juntar dinheiro para comprar uma moto ou um carro. No entanto, é comum que não resistam às duras condições de trabalho ou não consigam ingressar em frentes de extração que estejam, de fato, gerando riqueza. Esses trabalhadores são classificados como “bravos”, em referência a cavalos ainda não domesticados, ou seja, indivíduos que ainda não foram “amansados” pela experiência do garimpo. Embora essa distinção funcione como um importante marcador de prestígio entre os trabalhadores, os “bravos” costumam ser incorporados à divisão da produção. Há relatos de empresários que se recusam a contratar trabalhadores bravos, mas, na prática, essa mão de obra sem qualificação específica é amplamente utilizada. Entre as habilidades que conferem o <i>status</i> de garimpeiro “manso”, destacam-se competências técnicas como marcenaria, mecânica e o domínio de práticas específicas das frentes de extração, principalmente o domínio do jato de água e da maraca.

Fonte: Chagas; Costa, 2024, p. 15⁴⁸

Para Bourdieu, o *campo social* é um espaço marcado pela competição entre seus membros. Neste, grandes divisões, chamadas de *nomos*, orientam os agentes na disputa por posições dominantes (Catani et al.,

48 CHAGAS, Rodrigo; COSTA, Ernildo Crispin. Tipificação da célula básica para exploração de ouro nas frentes de garimpagem da Terra Indígena Yanomami. *Revista Textos e Debates*, 2023.

2017, p. 281⁴⁹). Um *nomos* essencial no campo da garimpagem ilegal é a distinção entre *mansos* (garimpeiros experientes) e *bravos* (garimpeiros novatos). Outro *nomos* característico é a divisão sexual, que estrutura as funções desempenhadas por mulheres e homens neste caso.

A função típica da mulher nesta célula é a de cozinheira. Isto inclui preparar refeições, manter a limpeza do barraco, gerenciar estoques de alimentos e lavar roupas, cobrando um valor à parte por algum destes serviços⁵⁰; Os *mansos* (como o jateiro e o maraqueiro) possuem experiência, enquanto os *bravos* (ou *catarinós e raizeiros*) assumem tarefas mais simples, como coletar pedras e raízes. O gerente se destaca pela liderança, com acesso privilegiado a armas e maior prestígio junto ao empresário. Embora haja variações nos arranjos, essa configuração básica é comum em modelos de negócios desenvolvidos por pequenos e grandes investidores na TIY.

Baseando-nos nos relatos de Maria e Paula, desenvolvemos a representação gráfica da Figura 2, que esquematiza sincronicamente a configuração social do modelo de negócio familiar. Nesse modelo, o Pai atua como empresário, responsável pelas negociações de equipamentos e contratação de peões, com o apoio gerencial de seu filho. A Mãe administra as garotas, gerenciando tarefas domésticas e o agenciamento de programas sexuais.

Diferentemente da função de cozinheira, as mulheres aqui não são apenas prestadoras de serviços de suporte à mineração ilegal, mas também são fontes de renda na medida em que estimulam o consumo no bar e são taxadas pelo “agenciamento” sexual. Esse modelo representa uma

49 CATANI, A. M.; NOGUEIRA, M. A.; HEILBORN, M. L. *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

50 Uma descrição aprofundada sobre a cozinha, mas, principalmente, a distinção entre a atuação das mulheres nas corrutelas e nos barrancos, estão muito bem descritas na tese de Letícia Tedesco, em 2015. Ainda são necessárias investigações sobre estas relações ante a chegada das facções como novo grupo estruturado por homens, e que passam a atuar nas frentes de garimpagem e a mudar os padrões de dominação e violências.

adaptação da célula básica de produção, gerenciada pela Mãe e composta por duas garotas: Maria (A1) e Paula (A2).

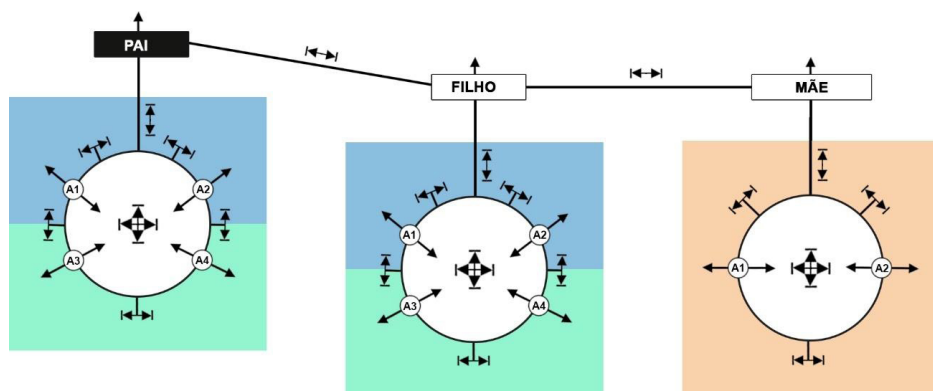


Figura 2 – Configuração social do modelo de negócio familiar para exploração de ouro e do mercado sexual na TI Yanomami

Este modelo de negócio familiar pode marcar o início de uma corrutela. As mulheres atraem garimpeiros locais e de outras células de produção próximas, reduzindo custos logísticos. Uma corrutela localizada a poucas horas de barco ou a uma curta caminhada economiza gastos com transporte aéreos, bem como facilita a expansão das frentes de garimpagens para territórios mais distantes da pista de pouso originária. Se o negócio prosperar, ele pode ampliar os serviços oferecidos, como mais garotas, construção de pista de pouso e shows musicais.

No contato com Maria por rede social, ela narrou conflitos com a Família. Em certo momento, relatou ter sido ameaçada de morte por um desentendimento com a Mãe e fugiu, encontrando abrigo em outra área da TIY. O contato já era muito difícil e a partir deste momento só foi possível receber notícias por meio de terceiros e por raras mensagens. Paula, na entrevista, defendeu a Família, mostrando afeto pela Mãe, que prometeu ajudá-la a encontrar seu pai biológico que, coincidentemente, dizia conhecer. Aparentemente a promessa da Mãe não era mentira.

Algumas considerações

A prática do garimpo, incentivada desde os anos 1980 por políticos e empresários regionais, reflete uma política histórica de ocupação civil promovida pelo Estado brasileiro, especialmente no território que hoje constitui o estado de Roraima. Após a Constituição de 1988 e a transição para o regime democrático, muitos garimpeiros, particularmente aqueles em situação de vulnerabilidade, sentiram-se abandonados pelo sistema que os havia atraído para essa atividade. Enquanto a maioria pagou caro pela aventura, elites políticas e empresariais continuaram a lucrar, promovendo a garimpagem ilegal e consolidando clientelas políticas entre os garimpeiros.

Entre 2019 e 2023, vivemos uma “tempestade perfeita” para a expansão desenfreada do garimpo ilegal. Em todas as esferas de poder, havia apoio tácito ou explícito para a liberação dessa prática, incluindo em terras indígenas, apesar das graves consequências. A negligência deliberada diante dos impactos ambientais, sociais e humanos foi evidente: contaminação por mercúrio, genocídio potencial de povos indígenas, aumento da violência, fortalecimento de facções criminosas e exploração sexual.

O impacto sobre os povos indígenas foi amplamente documentado e denunciado. Apesar disso, houve um esforço coordenado de setores da República para desestabilizar ainda mais os territórios indígenas, facilitando sua exploração econômica, como a tramitação da tese do Marco Temporal. As terras indígenas, embora sejam as áreas mais preservadas do Brasil segundo o MapBiomas, enfrentam violações constantes, destacando a relevância de sua proteção tanto para a sobrevivência de seus povos quanto para a conservação dos biomas nacionais.

O cenário atual é preocupante e de longo alcance. Mesmo com esforços governamentais mais recentes, como a coordenação de uma Casa de Governo em Boa Vista, não se pode afirmar com certeza que a Terra Indígena Yanomami esteja livre de atividades de garimpagem. Grupos faccionais resistem dentro do território, e relatos de confrontos continuam frequentes. Além disso, as estruturas tradicionais de dominação no garimpo

– que os faccionados identificam como “milícias” – estão em choque com o avanço de facções criminosas como o PCC e o Comando Vermelho, que disputam o controle estratégico de rios como o Uraricoera e o Mucajaí. A violência associada a essa disputa é alarmante: a taxa de homicídios em Alto Alegre, base do Comando Vermelho, alcançou uma média de 161,19 por 100 mil habitantes, muito acima da média nacional de 33 entre 2018 e 2020 (Santos, 2024, p. 254)⁵¹.

Neste contexto, as múltiplas formas de violência contra mulheres emergem como uma dimensão central e alarmante. As “corrutelas” não são apenas subprodutos do garimpo nem se limitam à Terra Indígena Yanomami. Em regiões como o distrito de Moraes Almeida, situado no cruzamento da BR-163 com a Transgarimpeira, a dinâmica é similar. As corrutelas servem como polos logísticos e sociais para atividades sazonais como o transporte de soja, milho e madeira, além da exploração de garimpos e madeireiras – legais e ilegais. A presença de “bregas” e a exploração sexual, inclusive de crianças, são constantemente denunciadas, compondo um quadro de violência sistemática que se conecta às redes logísticas de acesso a territórios, como o Território Indígena Munduruku que também sofre com garimpeiros.

Portanto, o garimpo ilegal não é apenas uma questão ambiental ou econômica; é uma rede complexa que articula a exploração e a violência que afetam profundamente territórios, populações indígenas e grupos vulneráveis, especialmente mulheres. A persistência dessa prática, mesmo diante de esforços para combatê-la, revela a necessidade urgente de políticas públicas robustas, ações coordenadas e uma mudança estrutural que vá além do enfrentamento superficial, abordando as raízes históricas e sistêmicas desse problema.

O foco deste trabalho foi apresentar um modelo de negócio que contribui para compreender como as frentes de garimpagem expandem suas

51 SANTOS, Maria Paula Gomes (org.) Dinâmicas da violência e da criminalidade na Região Norte do Brasil. Brasília: Ipea, 2024.

atividades, tendo a corrutela como um nexu articulador fundamental. Além disso, buscou-se indicar como o mercado sexual, presente nesses espaços marcadamente hipermasculinizados, desempenha um papel central nos mecanismos de exploração baseados em dívidas.

No entanto, é importante reconhecer que, embora a ênfase analítica recaia sobre aspectos estruturais e funcionais do garimpo, isto não deve atenuar ou relativizar a gravidade das violências cometidas nesses contextos. Maria, por exemplo, relatou que, nas frentes de garimpagem na Guiana, homens utilizavam peças de dominó presas ao pênis durante relações sexuais, prática que classificou como brutais. Ela também mencionou ter perdido amigas que foram decapitadas. Paula e outras entrevistadas – cujos relatos não puderam ser incluídos neste texto – compartilharam experiências marcadas por estupros cometidos nos rios por barqueiros, assassinatos promovidos por “milicianos” e “faccionados”, extorsões e outras formas de violência extrema.